





PROJETO LEI N°071/2025

INSTITUI O PROGRAMA DE ESCOLA CÍVICO-MILITAR MUNICIPAL (PECIM) NO MUNICÍPIO DE AGUDO – RS

Art. 1º Fica instituído o Programa de Escolas Cívico-Militares (PECiM) no Município de Agudo, em escolas de ensino fundamental, o qual poderá ser desenvolvido nas turmas de 1º ao 9º ano, nas escolas de educação básica da rede municipal de ensino que aderirem o Programa e assim forem denominadas.

- Art. 2º O Programa de Escolas Cívico-Militares (PECiM) possui como objetivos:
- I fortalecer os valores cívicos, éticos e morais na formação integral dos alunos;
- II melhorar os indicadores educacionais, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB);
- III fortalecer o vínculo entre escola, família e sociedade;
- IV desenvolver competências cidadãs nos alunos;
- V reduzir índices de violência, evasão e abandono escolar.
- Art. 3º A adesão e a execução do Programa de Escolas Cívico-Militares (PECiM) observará os seguintes princípios:
- I excelência na educação pública fundamental;
- II respeito aos valores éticos, cívicos e morais;
- III promoção de um ambiente escolar seguro e disciplinado;
- IV participação da comunidade escolar.
- Art. 4º O Programa de Escolas Cívico-Militares (PECiM) observará os direitos e deveres previstos na Constituição Federal, Constituição Estadual e legislação federal, estadual e municipal vigente, assegurando:
- I igualdade de acesso e permanência na escola;
- II participação ativa da família no processo educacional.

CAPÍTULO II DA ADESÃO E IMPLEMENTAÇÃO

- Art. 5º O Programa de Escolas Cívico-Militares (PECiM) será coordenado pela Secretaria Municipal de Educação (SME) e atuará como modelo complementar às políticas municipais de educação, sem substituir programas ou iniciativas já existentes.
- Art. 6º A adesão ao Programa de Escolas Cívico-Militares (PECiM) e sua implementação ocorrerá mediante decreto do Poder Executivo Municipal, condicionado à:
- I prévia consulta pública e aprovação da comunidade escolar;
- II credenciamento da unidade escolar junto à SME;
- III– parecer favorável da autoridade competente.
- Art. 7º O acesso do discente à matrícula nas Escolas Cívico-Militares seguirá o procedimento adotado por escolas regulares da rede municipal de ensino mediante regulamentação da Secretaria Municipal de Educação (SME).









Art. 8º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a firmar convênios ou parcerias com as Forças Armadas, a Brigada Militar e o Corpo de Bombeiros Militar, respeitando a legislação que regula a contratação de militares da reserva, para viabilizar a atuação dos monitores cívico-militares no Programa de Escolas Cívico-Militares (PECiM).

Parágrafo Único. Os monitores cívico-militares auxiliarão nas seguintes atividades:

I – promoção de valores cívicos e disciplinares;

II – apoio à direção e ao corpo docente;

III – monitoramento do espaço escolar;

IV – acompanhamento da frequência e comportamento dos alunos.

CAPÍTULO III DA AVALIAÇÃO

Art. 9º As avaliações anuais do Programa de Escolas Cívico-Militares (PECiM) serão realizadas com base nos seguintes critérios:

I – resultados pedagógicos;

II – nível de satisfação da comunidade escolar;

III – redução de ocorrências de indisciplina e violência.

Parágrafo Único. A Secretaria Municipal de Educação (SME) será responsável pelo monitoramento do PECiM, definindo:

I – metodologia de avaliação e desempenho;

II – indicadores de eficácia educacional e disciplinar;

III – frequência e relatórios de acompanhamento.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES ORCAMENTÁRIAS E FINAIS

Art. 10 Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar dotação orçamentária específica para a implementação e execução do Programa de Escolas Cívico-Militares (PECiM), tais como despesas com infraestrutura, contratação de monitores cívico-militares, materiais pedagógicos e outras necessidades operacionais.

Parágrafo Único. A dotação orçamentária prevista neste artigo será suplementada conforme a disponibilidade financeira do Município, observando-se as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal e as disposições orçamentárias vigentes.

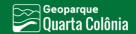
Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Agudo, 19 de setembro de 2025

Luís Henrique KittelPrefeito Municipal









JUSTIFICATIVA

Senhora Presidente, Senhores Vereadores:

O Projeto de Lei tem origem em indicação do Vereador Pato Niemeier e tem por finalidade instituir o Programa de Escola Cívico-Militar Municipal (PECiM) no âmbito do Município de Agudo.

A iniciativa busca complementar as atuais políticas públicas de educação, reforçando a qualidade do ensino fundamental, por meio da valorização dos princípios cívicos, éticos e disciplinares, integrados ao processo pedagógico. O Programa visa não apenas a elevação dos indicadores educacionais – como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – mas também a redução da evasão escolar e da indisciplina, além do fortalecimento dos vínculos entre família, escola e comunidade.

A adesão ao Programa será realizada mediante consulta à comunidade escolar e regulamentação pela Secretaria Municipal de Educação, preservando-se os princípios da gestão democrática e da autonomia pedagógica. Ademais, está prevista a possibilidade de parcerias com instituições militares, em consonância com a legislação vigente, para atuação de monitores que apoiarão a direção, o corpo docente e os estudantes.

O Executivo ressalta que a implantação do PECiM respeitará as diretrizes da Constituição Federal, da Constituição Estadual e da legislação municipal, assegurando igualdade de acesso, permanência e participação das famílias no processo educacional. Ainda, haverá acompanhamento e avaliação permanentes, a fim de mensurar resultados e adequar a execução do Programa às necessidades locais.

No aspecto orçamentário, a criação de dotação específica garantirá a execução do Programa, sempre condicionada à disponibilidade financeira do Município e em observância à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Diante do exposto, entendemos que a aprovação deste Projeto de Lei representa um avanço significativo para a educação municipal, proporcionando um ambiente mais seguro, disciplinado e propício ao aprendizado.

Assim, submetemos o presente Projeto à apreciação dessa Casa Legislativa, confiantes na sensibilidade dos nobres Vereadores para a sua aprovação, confiando na sua aprovação em regime de urgência.

Luís Henrique Kittel Prefeito Municipal

